

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO FINAL
PARECER N.º /2025

Projeto de Decreto Legislativo n. 002/25

Relator: Vereador Marquim Megasom

Apresentado em 30/04/2025

Autor: Vereador Ana Cláudia Saêta

Conclusão do relator: favorável à tramitação da matéria

*Ementa: Voto do relator ao Projeto de
Decreto Legislativo n. 002/2025.*

VOTO/PARECER

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo n.º 002/2025, que Concede título de cidadania piresina – José Martins Fagundes, de autoria da Vereadora Ana Cláudia Saêta.

Justificou a autora que, o Senhor José Martins Fagundes é natural de Palmelo, major da reserva da Polícia Militar do Estado de Goiás e atua atualmente como médico com especialização em saúde da família.

Na sequência, a demanda foi remetida para análise das comissões permanentes.

É o relato.

II – CONCLUSÃO DA RELATORIA

Ao apreciar o Projeto de Decreto Legislativo observa-se que o **artigo 87, inciso XIX da Lei Orgânica**¹ dispõe como competência privativa da Câmara Municipal conceder título honorífico através de decreto legislativo.

¹ **Art. 87** - Compete privativamente à Câmara Municipal:

(...)

XIX - conceder título honorífico ou qualquer outra honraria a pessoas que tenham reconhecidamente prestado relevantes serviços ao Município ou nele se destacado, pela atuação exemplar na vida pública ou particular, mediante decreto legislativo aprovado por maioria de seus membros;

Ademais, há de serem observadas as disposições contidas no **artigo 236, da Lei Orgânica Municipal** no que se refere à concessão da honraria em comento, no qual expõe que:

Art. 236. Ficam instituídas as seguintes honrarias:

I – [...];

II – Título de Cidadania Piresina, outorgada a pessoa **não nascida no Município**;

III – [...]

§ 2º - A proposta de outorga dos títulos e honrarias, de que trata este artigo, de **iniciativa** do Prefeito Municipal ou **Vereador**, deverá ser aprovada pela Câmara Municipal, nos termos do inciso XIX, do artigo 87, desta lei.

§ 3º - As homenagens, de que trata este artigo, somente serão feitas a pessoas que tenham, comprovadamente, prestado relevantes serviços à comunidade ou se destacado, pela atuação exemplar na vida pública e particular, sob pena de revogação do ato.

Nota-se pela justificativa anexa, que o beneficiário nasceu na cidade de Palmelo/GO, preenchendo assim a determinação contida no inciso II, do artigo 236, da Lei Orgânica; bem como a iniciativa da proposta se deu por intermédio de vereador, conforme preceitos do § 2º, do artigo 236 da mesma lei.

Além disso, pela análise verifica-se que o médico teve atuação exemplar na vida pública, já que teve carreira como major e hoje atua como médico especializado em saúde da família.

Em relação a técnica legislativa, indica que sejam realizadas **emendas redacionais** ao Projeto, para que haja um padrão em todos os Decretos legislativos de concessão de homenagem nesta municipalidade.

Sendo assim, na **ementa** do Projeto de Decreto, onde se lê: “*Concede título de cidadania piresina – José Martins Fagundes*”, terá a seguinte redação: “*Concede o Título Honorífico de Cidadania Piresina ao Sr. José Martins Fagundes*”.

No **artigo 1º** onde se lê: “*Fica concedido o título de cidadania piresina ao Dr. José Martins Fagundes, em reconhecimento aos relevantes serviços*”

prestados a esta comunidade.”, terá a seguinte redação: “Fica concedido o Título Honorífico de Cidadania Piresina ao Sr. José Martins Fagundes, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados a esta comunidade.”.

Em relação ao **artigo 2º** onde se lê: “A outorga de honraria far-se-á em sessão solene da Câmara Municipal, para tal fim convocada”, terá a redação: “A outorga do diploma de que trata o artigo far-se-á sem Sessão Solene da Câmara Municipal, nos termos regimentais, para tal fim convocada.”

Já no que diz respeito ao **artigo 3º**, onde se lê: “Revogadas as disposições em contrário, este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.”, terá a redação a seguir: “Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.”

Por isso, tenho que o Projeto de Decreto Legislativo n. 002/2025 é constitucional, legal e cumpriu os requisitos atinentes ao Regimento Interno, sendo necessária a aplicação de emendas na técnica legislativa, razão pela qual
OPINO POR SUA TRAMITAÇÃO.

Pires do Rio, data da assinatura eletrônica.

Vereador **MARQUIM MEGASOM**
Relator

DECISÃO
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO FINAL

Os vereadores membros da comissão supracitada ratificam integralmente o posicionamento exarado pelo(a) digno(a) relator(a), **acompanhando seu voto favorável à tramitação do projeto em questão**, com emendas, devendo este ser transformado em parecer, nos termos do artigo 37, § 8º, I, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pires do Rio.

É como votamos.

Pires do Rio, data da assinatura digital.

Vereador **SUBTENENTE LUCIN**
Membro

Vereador **GLÊICK SILVA**
Membro